Nova Participações – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 11.283.444/0001-06
(Administrado pela BR-Capital DTVM S.A.)

Demonstrações contábeis em
31 de março de 2022
e relatório dos auditores independentes

SUMÁRIO

1. Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 3
2. Demonstrações da posição financeira 6
3. Demonstrações de resultado e de resultado abrangente do exercício 7
4. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 8
5. Demonstrações dos fluxos de caixa 9
6. Notas explicativas 10

Unity Auditores Independentes
Av. Prestes Maia, 241 – sala 2102
São Paulo- SP
CEP: 01031-902
Tel.: 55 11 2869-8358

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e administradores do
Nova Participações – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
(Administrado pela BR-Capital DTVM S.A.)
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Nova Participações - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de março de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Nova Participações - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Unity Auditores Independentes
Av. Prestes Maia, 241 – sala 2102
São Paulo- SP
CEP: 01031-902
Tel.: 55 11 2869-8358

Mensuração dos investimentos

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: Conforme apresentado na nota explicativa n° 6, os títulos e valores mobiliários do Fundo são compostos, principalmente, por investimentos em ações de companhias fechadas. A mensuração das ações é obtida por meio do método de equivalência patrimonial, com base no valor do resultado e do patrimônio líquido divulgado nas demonstrações contábeis das companhias investidas na mesma data das demonstrações contábeis do Fundo. Sendo assim, a valorização da equivalência patrimonial deste investimento foi tratada como assuntos relevantes para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: (i) execução de testes em relação à existência dessas ações por meio do confronto das informações constantes na demonstração da posição financeira do Fundo com as informações do estatuto social das companhias investidas registrado na Junta Comercial; (ii) testes dos valores utilizados para a mensuração desses investimentos com as porcentagens de participações aplicadas aos valores dos resultados e dos patrimônios líquidos das companhias investidas. Nossos procedimentos de auditoria proporcionaram evidência apropriada e suficiente sobre a mensuração dessas ações do Fundo.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2021 foram por nós auditadas e emitimos relatório de auditoria, sem ressalvas, datado em 17 de junho de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável, pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Unity Auditores Independentes
Av. Prestes Maia, 241 – sala 2102
São Paulo- SP
CEP: 01031-902
Tel.: 55 11 2869-8358

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de junho de 2022

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

NOVA PARTICIPAÇÕES - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIACNPJ: 11.283.444/0001-06
(Administrado pela BR-Capital DTVM S.A.- CNPJ: 44.077.014/0001-89)

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA
Exercícios findos em 31 de março
(Valores expressos em milhares de reais)

		31/03/2022			31/03/2021		
		Quantidade	Valor contábil	% sobre o patrimônio líquido	Quantidade	Valor contábil	% sobre o patrimônio líquido
Ativo							
Disponibilidades			**148**	**0,04%**		**2**	**0,00%**
Banco conta movimento			148	0,04%		2	0,00%
Títulos e valores mobiliários			**291.911**	**85,92%**		**302.520**	**84,10%**
Ações de companhias fechadas	6		**291.911**	**85,92%**		**302.520**	**84,10%**
Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.		38.398.277	192.475	56,65%	38.398.227	176.114	48,96%
Infravix Participações S.A.		197.999.997	99.436	29,27%	224.999.997	126.406	35,14%
São Roque Energética S.A.		245.000.000	-	-	195.000.000	-	-
Outros créditos			**49.833**	**14,67%**		**60.349**	**16,78%**
Outros créditos por negociação			49.833	14,67%		60.349	16,78%
Total do ativo			**341.892**	**100,63%**		**362.871**	**100,88%**
Passivo							
Outras obrigações			**2.154**	**0,63%**		**3.177**	**0,88%**
Taxa de administração			54	0,02%		37	0,01%
Taxa de gestão			13	0,00%		10	0,00%
Outros valores a pagar			2.087	0,61%		3.130	0,87%
Patrimônio líquido			**339.738**	**100,00%**		**359.694**	**100,00%**
Total do passivo e patrimônio líquido			**341.892**	**100,63%**		**362.871**	**100,88%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOVA PARTICIPAÇÕES - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA CNPJ: 11.283.444/0001-06
(Administrado pela BR-Capital DTVM S.A.- CNPJ: 44.077.014/0001-89)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de março
(Valores expressos em milhares de reais)

		2022	2021
Composição do resultado do exercício			
Títulos e valores mobiliários		**(33.609)**	**(34.276)**
Ações de companhias fechadas		**(33.609)**	**(34.277)**
Resultado por equivalência patrimonial	6	183	(23.586)
Perda na participação	6	(1.865)	(17.337)
Valorização (desvalorização) das ações	6	(31.927)	6.646
Cotas de fundos de investimentos		**-**	**1**
Resultado com aplicação em cotas de fundos		-	1
Demais receitas (despesas)		**236**	**5.909**
Taxas de administração e gestão		(454)	(506)
Taxa de fiscalização - CVM		(35)	(36)
Auditoria		(18)	(29)
Outras receitas	7	1.987	11.236
Outras despesas	8	(1.244)	(4.756)
Prejuízo do exercício		**(33.373)**	**(28.367)**

Resultado abrangente do exercício	**2022**	**2021**
Prejuízo do exercício	(33.373)	(28.367)
Prejuízo abrangente do exercício	**(33.373)**	**(28.367)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOVA PARTICIPAÇÕES - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA CNPJ: 11.283.444/0001-06
(Administrado pela BR-Capital DTVM S.A.- CNPJ: 44.077.014/0001-89)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de março
(Valores expressos em milhares de reais)

	Integralizações	Amortizações de cotas	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de março de 2020	**581.550**	**(89.656)**	**(92.003)**	**399.891**
Integralizações de cotas	178	-	-	178
Amortizações de cotas	-	(12.008)	-	(12.008)
Prejuízo do exercício	-	-	(28.367)	(28.367)
Saldos em 31 de março de 2021	**581.728**	**(101.664)**	**(120.370)**	**359.694**
Integralizações de cotas	23.396	-	-	23.396
Amortizações de cotas	-	(9.979)	-	(9.979)
Prejuízo do exercício	-	-	(33.373)	(33.373)
Saldos em 31 de março de 2022	**605.124**	**(111.643)**	**(153.743)**	**339.738**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOVA PARTICIPAÇÕES - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA CNPJ: 11.283.444/0001-06
(Administrado pela BR-Capital DTVM S.A.- CNPJ: 44.077.014/0001-89)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de março
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(+) Recebimento da venda de ações	10.143	7.045
(+) Outros recebimentos	2.902	9.270
(-) Pagamento de taxas de administração e gestão	(433)	(497)
(-) Aplicações financeiras em cotas de fundos	-	178
(-) Pagamento de auditoria	(18)	(29)
(-) Demais pagamentos	(2.865)	(4.146)
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	**9.729**	**11.821**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
(+) Emissão de cotas	396	178
(-) Amortizações	(9.979)	(12.008)
(=) Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(9.583)**	**(11.830)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**146**	**(9)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	11
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	148	2
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**146**	**(9)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

Nova Participações – Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia ("Fundo) iniciou suas atividades em 30 de novembro de 2009 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, destinado a investidores qualificados, com prazo de duração de 26 (vinte e seis) anos.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus cotistas a melhor valorização no processo decisório das companhias alvo, tal participação poderá ocorrer por uma das seguintes maneiras: (i) detenção de ações de emissão da companhia alvo que integrem o respectivo controle, (ii) celebração de acordo de acionistas com outros acionistas, se houver, de companhia alvo, (iii) eleição de membro(s) do Conselho de Administração com representatividade suficiente para influir na administração da companhia alvo, assegurando ao Fundo a participação (mesmo que por meio de direito de veto) em definições estratégicas e na gestão da companhia alvo, ou (iv) celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo participação (mesmo que por meio de direito de veto) em definições estratégicas e na gestão da companhia alvo, ou (iv) celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo participação (mesmo que por meio de direito de veto) em definições estratégicas e na gestão das companhias alvo.

Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administradora, pela Gestora ou por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). O cotista está exposto à possibilidade de ser chamado a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do Fundo se torne negativo.

2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações, que são definidas pelas Instruções Normativas CVM nº 578 e nº 579, de 30 de agosto de 2016, e pelas demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A Administração do Fundo, com base na Instrução CVM nº 579, avaliou e classificou o Fundo como "Entidade de não Investimento".

3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração dos resultados

As receitas e as despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

b) Disponibilidades

Incluem, caixa e saldos positivos em conta movimento com liquidez imediata e com risco insignificante de perda de mudança de seu valor de mercado.

c) Cotas de fundos de investimento

São representados por aplicações em cotas de fundos de investimento que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas, diariamente, com base no valor da cota divulgado pela administradora do fundo onde os recursos são aplicados.

As valorizações e desvalorizações dos investimentos em cotas de fundos de investimento estão apresentadas na demonstração do resultado em "resultado com aplicação em cotas de fundos".

d) Ações de companhias fechadas

O fundo é classificado como uma entidade de não investimento e as suas ações em companhias fechadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, conforme levantamento na mesma data do patrimônio líquido apresentado nas demonstrações financeiras das companhias abertas.

O fundo é classificado como uma entidade de não investimento, no entendimento da administração, o Fundo não atende, cumulativamente, o Artigo 4° da Instrução CVM n° 579/16:

I – obtenham recursos de um ou mais investidores com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento a um gestor qualificado que deve possuir plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas, não sendo obrigado a consultar os cotistas para essas decisões e tampouco indicar os cotistas ou partes a eles ligadas como representantes nas entidades investidas;

II – se comprometam com os investidores com o objetivo de investir os recursos unicamente com o propósito de retorno através de apreciação do capital investido, renda ou ambos;

III – substancialmente mensurem e avaliem o desempenho de seus investimentos, para fins de modelo de gestão, com base no valor justo; e

IV – definam nos seus regulamentos estratégias objetivas e claras a serem utilizadas para o desinvestimento, assim como a atribuição do gestor de propor e realizar, dentro do prazo estabelecido na estratégia, o desinvestimento, de forma a maximizar o retorno para os cotistas.

e) Outros ativos e passivos

Outros ativos e passivos são demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

f) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras do Fundo são apresentadas em reais, moeda do principal ambiente econômico funcional e de apresentação, e todos os valores são apresentados em reais, exceto quando indicado de outra forma.

g) Estimativa contábil

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Administrador se baseie em estimativas e julgamento para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas e notas explicativas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

É vedado ao fundo realizar operações no mercado de derivativos.

O Fundo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício.

5 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em vista da natureza do investimento em participações e da política de investimento do Fundo, os cotistas do Fundo devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações do Fundo. Para tanto, ao ingressar no Fundo, o cotista declara expressamente que tem ciência destes riscos, sendo que tal declaração consta do compromisso de investimento.

Seguem os principais riscos os quais o Fundo está sujeito, descritos abaixo:

Riscos relacionados à Companhia investida

Os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo quotista.

A carteira de investimentos contém valores mobiliários de emissão das companhias investidas. Embora o Fundo tenha sempre participação no processo decisório das respectivas companhias investidas, não há garantias de:

i. Bom desempenho de quaisquer das companhias investidas;
ii. Solvência das companhias investidas; e

iii. Continuidade das atividades das companhias investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira de investimentos e o valor das quotas.

Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira e o valor das cotas. Não se pode garantir que o Administrador irá avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preços e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores a eles inerentes e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais, podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Não há, garantias, portanto, de que os recursos integralizados no Fundo serão remunerados conforme esperado pelos cotistas.

Risco de não realização do investimento pelo Fundo

Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidades convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo não realização dos mesmos. A não realização de investimentos na companhia alvo ou a realização desses investimentos em valor inferior ao pretendido pelo Fundo, considerando os custos do Fundo, dentre os quais a taxa de administração, poderá afetar negativamente os resultados da carteira e o valor da cota.

Risco mercado

Os ativos que compõem a carteira do Fundo podem estar sujeitos a oscilações de preços ou liquidez em função da reação dos mercados a eventos econômicos e políticos, tanto no Brasil como no exterior, e a eventos específicos a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços desses ativos financeiros e títulos e valores mobiliários poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, o que pode gerar mudanças nos padrões de comportamento de preços sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. A precificação dos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo será realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações estabelecidas no regulamento e na regulamentação em vigor.

Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações no valor dos ativos do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor de suas cotas.

Riscos de liquidez

O volume inicial de aplicações no Fundo e a inexistência de tradição no mercado versátil brasileiro de operações envolvendo cotas de fundos fechados fazem prever que as cotas de emissão do Fundo não apresentarão liquidez satisfatória.

Risco de crédito

Os ativos integrantes da carteira do Fundo podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal ou gerar e distribuir rendimentos - inclusive dividendos e juros sobre capital próprio - referentes a tais ativos. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos.

Riscos de concentração

A política de investimento do Fundo não exige que o Fundo diversifique seus investimentos. Tendo em vista que até 100% do capital comprometido do Fundo poderá ser investido em uma única companhia, qualquer perda isolada poderá ter um impacto adverso significativo sobre o Fundo. Desta forma, os ativos do Fundo podem estar sujeitos a maiores riscos de perdas do que se estivessem mais diversificados, pois o insucesso de um ou de um número limitado de investimentos pode ter um efeito adverso relevante sobre o Fundo.

Riscos relacionados às companhias alvo e às companhias controladas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem riscos do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais.

Não se pode garantir que a Administradora e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preços e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Consequentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo pretende participar do processo de tomada de decisões estratégicas da companhia alvo. Embora tal participação possa ser importante para a estratégia de investimento do Fundo e possa aumentar a capacidade do Fundo de administrar seus investimentos, também pode sujeitar o Fundo a reivindicações a que o mesmo não estaria sujeito se fosse apenas um investidor passivo. Por exemplo, caso a companhia alvo tenha sua falência decretada ou caso haja a desconsideração da personalidade jurídica da companhia alvo, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da companhia alvo poderá ser atribuída ao Fundo, impactando o valor das cotas, podendo, inclusive, gerar patrimônio líquido negativo, podendo sujeitar os cotistas a realizarem aportes adicionais de recursos no Fundo.

Os investimentos do Fundo poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da companhia alvo e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor da carteira de investimentos e das cotas.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, e sem limitação, o setor de energia elétrica. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem pari passu o desempenho médio do seu respectivo setor.

Risco de descontinuidade

O regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral de Cotistas poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo. Nessas situações, os cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora ou pelo custodiante nenhuma multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Riscos relacionados a fatores macroeconômicos e regulatórios

O Fundo está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar o mercado de geração de energia elétrica e, consequentemente, os negócios da companhia alvo. Além disso, o Governo Federal, o Banco Central do Brasil, a Agência Nacional de Energia Elétrica e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação da companhia alvo ou nos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que poderá afetar a rentabilidade do Fundo.

Outros riscos exógenos ao controle da administradora

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros e valores mobiliários integrantes da carteira de Investimentos e alteração na política monetária, os quais, casos materializados, poderão causar impacto negativo sobre a rentabilidade do Fundo e o valor de suas cotas.

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

6.1 Ações de companhia de capital fechado

Informações das investidas

	mar/2022			
Companhias	**Quantidade de ações**	**% Participação na investida**	**Lucro (prejuízo) do exercício**	**Patrimônio líquido**
(a) Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.	38.398.227	33,4966%	457	574.611
(b) Infravix Participações S.A.	197.999.997	99,9999%	30	99.436
(c) São Roque Energética S.A.	245.000.000	100,0000%	(9.041)	(21.966)

	mar/2021			
Companhias	**Quantidade de ações**	**% Participação na investida**	**Lucro (prejuízo) do exercício**	**Patrimônio líquido**
(a) Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.	38.398.227	33,8550%	1.584	520.203
(b) Infravix Participações S.A.	224.999.997	99,9999%	170	126.406
(c) São Roque Energética S.A.	195.000.000	100,0000%	(12.531)	(75.156)

Movimentação

Companhias	**Custo de aquisição**	**Integralização de capital**	**Valorização (desvalorização) de ações**	**Perda na participação**	**Equivalência patrimonial**	**Saldo atual**
(a) Nova Engevix Engenharia	176.115	-	18.072	(1.865)	153	192.475
(b) Infravix Participações S.A.	126.406	-	(27.000)	-	30	99.436
(c) São Roque Energética S.A.	-	23.000	(23.000)	-		-
	302.521	**23.000**	**(31.928)**	**(1.865)**	**183**	**291.911**

a) Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.

A Nova Engevix tem como objeto social e atividade preponderante a prestação de serviços de engenharia consultiva e de empreitada integral nos setores de energia elétrica, óleo e gás, transportes, saneamento básico e indústrias de base, sendo responsável pela elaboração de projetos, integração e gerenciamento de empreendimentos, construção civil e montagem industrial em geral, e a participação em outras sociedades empresariais ou civis.

A Nova Engevix possui como controlador final a Nova Participações S.A., e atua de maneira integrada com as diversas empresas do grupo na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação de novos negócios ligados aos seguimentos de construção civil, óleo e gás e geração de energia. As atividades envolvem o constante desenvolvimento de novos projetos.

As operações da Nova Engevix são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integradamente e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de partes relacionadas. O benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

Na Assembleia Geral de Cotistas do Fundo realizada em 20 de março de 2012 foi aprovada, nos termos da Ata do 14º Comitê de Investimento realizado na mesma data, a aquisição junto à Jackson Empreendimentos Ltda. (atualmente denominada de Nova Participações S.A.) de 6,67% de sua participação na Nova Engevix, que era representada por 4.571.430 ações ordinárias nominativas, pelo valor correspondente a R$ 80.000.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Nova Engevix realizada em 02 de julho de 2012 foi aprovado o aumento do capital social da companhia no montante de R$ 80.000, mediante a emissão de 4.571.430 novas ações, integralizados pelo Fundo em 12 de julho de 2012 com aumento da participação do Fundo na Nova Engevix de 6,67% para 12,50%. O aumento no capital social da companhia foi aprovado pela reunião do 15º Comitê de Investimento do Fundo.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Nova Engevix realizada em 12 de novembro de 2012 foi aprovado o aumento do capital social da companhia no montante de R$ 80.000, mediante a emissão de 4.571.430 novas ações, integralizados pelo Fundo em 13 de novembro de 2012 com aumento da participação do Fundo na Nova Engevix de 12,50% para 17,65%. O aumento no capital social da companhia foi aprovado pela reunião do 16º Comitê de Investimento do Fundo.
Na Assembleia Geral Extraordinária da Nova Engevix realizada de 06 de maio de 2013 foi alterado o exercício social da companhia, passando de 1º de janeiro a 31 de dezembro para 1º de julho a 30 de junho de cada ano.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Nova Engevix realizada em 15 de janeiro de 2014 foi aprovada a distribuição de dividendos antecipados, considerando o exercício social que se encerrou em 30 de junho de 2014, num montante de R$ 70.000 em favor dos acionistas da companhia na proporção de suas participações. O Fundo recebeu dividendos no montante de R$ 12.353 em 30 de janeiro de 2014.

Em 14 de julho de 2015, o Fundo adquiriu 23.734.555 ações da Nova Engevix Engenharia S.A. (atualmente denominada de Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.), em virtude do seu aumento de capital em R$ 100.000, deliberado em Assembleia Geral extraordinária de 25 de maio de 2015.

Em Assembleia Geral de Quotistas de 21 de julho de 2015 o Fundo aprovou a proposta da administração para aumento do capital social da Nova Engevix em R$ 4.000, mediante a emissão de 949.382 (novecentas e quarenta e nove, trezentas e oitenta e duas mil) novas ações, pela integralização das ações o Fundo aumentou sua participação na Companhia para 37,4981% das ações emitidas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2020, registrado na Junta Comercial de São Paulo em 11 de fevereiro de 2021, foi aprovada a proposta de aumento do capital social da Companhia em R$ 60.704, mediante emissão de 11.021 (onze, vinte e uma mil) novas ações, pela acionista Nova Participações S.A., aumentando sua participação na Companhia para 66,145% das ações emitidas.

A Nova Engevix teve suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 auditadas por auditores independentes, com emissão do relatório em 28 de março de 2022, sem modificação de opinião e com as seguintes ênfases e evento subsequente:

"Ênfase - Garantias: Conforme nota explicativa nº 27 (c), em dezembro de 2016, a Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A., empresa do Grupo, protocolou o pedido de recuperação judicial na 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande no estado do Rio Grande do Sul. Em função da Companhia e a sua controladora serem os garantidores solidários de operações dos empréstimos bancários contraídos pela Ecovix, as mesmas estão sujeitas a eventuais cobranças por essas instituições financeiras, caso a Ecovix não cumprir com suas obrigações contratuais."

"Ênfase - Acordo de Leniência: Conforme mencionado na nota explicativa nº 30, em 12 de novembro de 2019, as empresas do Grupo Nova Participações, incluindo a Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A., firmaram Acordo de Leniência com a Controladoria Geral da União – CGU e a Advocacia Geral da União – AGU, com base na Lei nº 12.846/2013 e legislação correlata. O programa de Integridade do Grupo vem sendo monitorado pela CGU, sendo que, até o momento, as Empresas estão cumprindo os compromissos de integridade assumidos no referido Acordo. Em 2020, a Nova Engevix ganhou sinal verde para voltar a participar de licitações da Petrobras."

"Ênfase - Auditoria de ano anterior: As demonstrações financeiras da Nova Engevix Engenharia e Projetos S/A referente ao exercício findado em 31 de dezembro de 2020, apresentado para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por nós auditores, com relatório emitido em 03 de abril de 2020, contendo parágrafo de ênfase em garantias e Operação Lava Jato, como já descrito para o exercício de 2021."

"Eventos Subsequentes: Conforme nota explicativa nº 31, a administração da Companhia informa que os efeitos do COVID-19, teve um impacto forte e sem precedentes na economia brasileira e mundial, Porém conseguiu implementar seu planejamento estratégico mesmo diante das limitações de infraestrutura financeira e tecnológica impostas pelo mercado e governos, antecipou em

contingência o trabalho remoto dos colaboradores envolvidos no controle das atividades de forma a não interromper a continuidade dos negócios, adotou os protocolos sanitários para a contenção da propagação do vírus após o retorno presencial destes colaboradores, realizando testagem contínua e tomando todas as medidas necessárias de distanciamento. Nesse contexto, a Companhia ressalta que, até o momento, os impactos relacionados a sua infraestrutura financeira e as operações contratuais dos seus negócios não foram afetados, relacionados ao COVID-19 ou a qualquer outro evento subsequente."

b) Infravix Participações S.A.

A Infravix tem como objeto social o desenvolvimento tecnológico e de estudos e a participação em sociedades que atuem no setor da infraestrutura no Brasil e no exterior, em particular nos campos de transportes (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e sistemas de transportes de passageiros), saneamento básico e geração de energia a partir de fontes não renováveis (carvão, óleo e gás) e o desenvolvimento de negócios imobiliários, podendo para tanto, adquirir, vender, alugar e construir propriedades imobiliárias com finalidades residenciais, comerciais ou institucionais.

Na Assembleia Geral de Cotistas do Fundo realizada em 20 de março de 2012 foi aprovada, nos termos da Ata do 14º Comitê de Investimento realizado na mesma data, a aquisição junto à Jackson Empreendimentos Ltda. (atualmente denominada de Nova Participações S.A.). De 99,99% de sua participação na Infravix Participações S.A., que era representada por 73.499.997 ações ordinárias nominativas, pelo valor correspondente a R$ 72.885 e o investimento de R$ 26.500 representando 26.500.000 ações ordinárias nominativas por meio de aumento de capital da Companhia.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Infravix realizada em 18 de março de 2013 foi aprovado o aumento do capital social da companhia no montante de R$ 17.000, mediante a emissão de 17.000.000 novas ações ordinárias, integralizadas totalmente pelo Fundo em 19 de março de 2013.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Infravix realizada em 09 de dezembro de 2013 foi aprovado novo aumento do capital social da companhia no montante de R$ 108.000, mediante a emissão de 108.000.000 novas ações ordinárias nominativas, integralizadas totalmente pelo Fundo em 19 de dezembro de 2013.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Infravix realizada em 06 de julho de 2021 foi aprovada a redução do capital devido ao excesso de capital social da companhia no montante de R$ 27.000, com o cancelamento de 27.000.000 de ações ordinárias nominativas de titularidade da Nova Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, passando o referido capital de R$ 225.000 para R$ 198.000.

A Infravix teve suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 auditadas por auditores independentes, com emissão do relatório em 25 de maio de 2022, sem modificação de opinião e com as seguintes ênfases:
"Ênfase - Auditoria de ano anterior: As demonstrações financeiras da Infravix Participações S.A. referente ao exercício findado em 31 de dezembro de 2020, apresentado para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por nós auditores, com relatório emitido em 13 de maio de 2021, sem ressalvas".

"Ênfase – Patrimônio líquido: Conforme note explicativa nº 9, o capital social da empresa é constituído por 198.000.000 de ações, com o valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada ação, a um único acionista Nova Participações – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 2021 a Companhia, através do termo de cessão de direitos assinado entre com a acionista, cedeu o saldo de direito a receber com a empresa São Roque Energética S.A. a fim da deliberação da capitalização no valor de R$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais) e aumento do Capital Social da UHE São Roque com consequente redução do capital social da Companhia em igual valor, uma vez que a Nova Participações FIP Multiestratégia é acionista de ambas as empresas".

c) São Roque Energética S.A.

Em 15 de julho de 2015, o Fundo desembolsou R$ 56.400 mil pela aquisição de 50.000.000 de ações da São Roque Energética S.A. ("São Roque"). Na mesma data, posteriormente à aquisição da totalidade das ações da São Roque pelo Fundo, a companhia instalou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pelo aumento de capital em R$ 145.000 mediante a emissão de 145.000.000 ações.

Na Assembleia Geral Extraordinária da São Roque realizada em 6 de julho de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R$ 50.000, mediante a emissão de 50.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante capitalização de dívida da Companhia, nas seguintes condições: (i) capitalização pelo acionista e conversão de dívida em aumento de capital social, no valor de R$ 23.000, da dívida originariamente existente entre a Companhia e a Nova Participações S.A., melhor especificada no Termo de Cessão de Direitos assinado entre acionista e Nova Participações S.A., em 5 de julho de 2021; e (ii) capitalização pelo acionista e conversão de dívida em aumento de capital social, no valor de R$ 27.000, da dívida originalmente existente entre a Companhia e a Infravix Participações S.A., melhor especificada no Termo de Cessão de Direitos assinado entre acionista e Infravix Participações S.A., em 5 de julho de 2021, passando o referido capital de R$ 195.000 para R$ 245.000 conforme boletim de subscrição.

A São Roque teve suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 auditadas por auditores independentes, com emissão do relatório em 25 de maio de 2022, sem modificação de opinião e com as seguintes ênfases e evento subsequente:

"Ênfase - Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Sem modificar nossa opinião, conforme mencionado na nota explicativa Nº 8, a empresa apresentou em seu grupo de Imobilizado em andamento o montante de R$ 941.577 milhões em 31 de dezembro de 2021, sendo a operação em fase pré-operacional, a empresa não submeteu seu imobilizados ao teste de recuperabilidade de ativos, não sendo possível mensurar as distorções que os teste pode impactar nas informações, em 2022, conforme nota explicativa Nº 22, Eventos Subsequentes (i). Em março de 2022, a Nova Engevix Construções e Montagens S.A, concluiu a usina de São Roque. A usina de São Roque, no Rio Canoas entre os municípios de Vargem (SC) e São José do Cerrito (SC) vai adicionar 142 megawatts (MW) de capacidade instalada ao sistema elétrico brasileiro. Em abril de 2022 a usina recebeu o aval do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para encher o reservatório. A expectativa é que inicie sua operação no final de junho de 2022, gerando receitas brutas para a Companhia. Dessa forma a empresa se posicionou que vai efetuar o teste de recuperabilidade no exercício de 2022".

"Ênfase – Financiamentos: Para fins de construção da Usina Hidrelétrica São Roque, a Companhia captou recursos junto aos Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos em relação ao total do passivo e pelas penalidades na qual estão sujeitas".

"Ênfase - Auditoria de ano anterior: As demonstrações financeiras da São Roque Energética S.A. referente ao exercício findado em 31 de dezembro de 2020, apresentado para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por nós auditores, com relatório emitido em 02 de junho de 2021, sem ressalvas, com ênfase em continuidade operacional, situação retirada em 2021 em virtude da finalização da obra em 2022 e expectativa de receitas futuras".

"Evento subsequente - Usina Hidrelétrica UHE São Roque: Conforme nota explicativa nº 22 (i), em março de 2022, a Nova Engevix Construções e Montagens S.A, concluiu a usina de São Roque. A usina de São Roque, no Rio Canoas entre os municípios de Vargem (SC) e São José do Cerrito (SC) vai adicionar 142 megawatts (MW) de capacidade instalada ao sistema elétrico brasileiro. Em abril de 2022 a usina recebeu o aval do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para encher o reservatório. A expectativa é que inicie sua operação comercial em junho de 2022, gerando receitas brutas para a Companhia, estando pendente apenas a liberação do órgão ambiental, ONS e ANEEL".

"Evento subsequente - Renegociação de contratos de financiamentos: A São Roque Energética elaborou proposta de novas condições de financiamento de acordo com condições e curva de amortização, conforme demonstrado abaixo, aos bancos BNDES e BRDE, os quais deram sinalização positiva, pendente, apenas, da equação financeira de finalização das obras através da retomada do contrato de construção EPC (Engineering, Procurement and Construction Contracts)".

"Evento subsequente - Seguro garantia de fiel cumprimento: Conforme nota explicativa nº 22 (iii), em 30 de junho de 2020 foi celebrado com a seguradora EZZE Seguros, a apólice de seguro garantia de fiel cumprimento, com cobertura de R$ 24.450, de todas as obrigações da São Roque Energética S.A., cujo objetivo é garantir, exclusivamente a execução das obras de implantação da Central Geradora UHE São Roque do Contrato de Concessão nº 01/2012 – MME – UHE São Roque, decorrente do Edital de Leilão nº 04/2019 da ANEEL. A cobertura abrange apenas a etapa de implantação do projeto, ou seja, até o início da operação comercial da última unidade geradora com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE".

7 OUTRAS RECEITAS

Refere-se aos direitos creditórios da variação positiva prevista no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado com a Statkraft Investimentos Ltda., do valor equivalente a 40,65% da receita líquida efetivamente recebida pelo Parque Eólico da Bahia da geração em excesso aos valores de receitas variáveis.

8 OUTRAS DESPESAS

Compreende às despesas com serviços de terceiros e encargos.

9 EMISSÕES, RESGATES E AMORTIZAÇÕES DAS COTAS

A primeira distribuição de cotas de emissão do Fundo será de até 200.000.000 de cotas com valor nominal unitário de R$ 1,00.

Os cotistas terão preferência na subscrição de cotas do Fundo. Tal preferência se dará na proporção da respectiva participação de cotista no patrimônio do Fundo.

Novas distribuições de cotas dependerão de (i) prévia aprovação da assembleia geral de cotistas e (ii) prévio registro na CVM ou, observadas as restrições regulamentares aplicáveis a cada cotista e modalidade de distribuição, de dispensa de registro.

No ato de cada subscrição de cotas, o cotista (i) assinará o boletim de subscrição, por meio da qual se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar o capital comprometido do cotista, e instrumento particular de compromisso de investimento, os quais, uma vez assinados, passarão a fazer parte integrante do regulamento; (ii) receberá exemplar atualizado do regulamento; e (iii) declarará, por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Regulamento, informando, inclusive, que está ciente das disposições contidas no Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, no Regulamento, nos termos da regulamentação aplicável.

Em caso de correção do valor a ser integralizado por qualquer cotista em decorrência de lapso temporal entre a data de subscrição e efetiva integralização, caso regulado em cada instrumento particular de compromisso de investimento, o valor integralizado pelos cotistas que exceder o valor nominal das cotas subscritas será apropriado pelo Fundo na forma de taxa de ingresso em benefício de todos os cotistas.

As cotas serão integralizadas: (a) (i) em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil; ou (ii) mediante a entrega de Ações de emissão da Companhia Alvo, as quais serão avaliadas pelo seu valor patrimonial, conforme laudo de avaliação a ser elaborado por empresa independente contratada pelo cotista detentor de tais ações; e (b) em montante equivalente ao respectivo preço de emissão, nos termos dispostos no Boletim de Subscrição e no Instrumento particular de Compromisso de Investimento.
Os valores subscritos pelos cotistas nas emissões adicionais serão integralizados no Fundo conforme ocorrerem as chamadas de capital pela Administradora.
As cotas do Fundo são atualizadas diariamente.

O Fundo entrará em liquidação ao final do seu prazo de duração, salvo se for liquidado antecipadamente, mediante deliberação dos cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, na ocorrência de desinvestimento de todos os ativos da carteira do Fundo.

Na liquidação total ou parcial dos investimentos do Fundo, o produto oriundo de tal liquidação será utilizado para amortização das cotas de emissão do Fundo, salvo se a Administradora, a seu exclusivo critério, entender necessário reter parte ou a totalidade dos recursos obtidos com o desinvestimento para pagamento das exigibilidades do Fundo.

Exceto se deliberado de forma diversa pela unanimidade do comitê de investimento e ressalvado o disposto no regulamento, todos os recursos obtidos pelo Fundo em decorrência da alienação, total ou parcial, de seus investimentos, ou que, por qualquer razão, não sejam aplicados em ativos, serão destinados à amortização de cotas.

As cotas poderão ser amortizadas a qualquer tempo durante o prazo de duração do Fundo, conforme deliberação da Assembleia Geral, e todos os recursos obtido pelo Fundo em decorrência da alienação, total ou parcial de seus investimentos, ou que, por qualquer razão, não sejam aplicados conforme seguindo a política de investimento, serão destinados à amortização de cotas.

No período de 1º de abril de 2021 a 31 de março de 2022, houve amortização de cotas no montante de R$ 9.979.

No período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021, houve emissão de cotas no montante de R$ 23.396.

10 PRESTADORES DE SERVIÇOS

A administração do Fundo é exercida pela BR-Capital DTVM S.A., e foram contratados os prestadores de serviços, conforme abaixo:

Custódia:	BR-Capital DTVM S.A
Controladoria:	BR-Capital DTVM S.A
Escrituração:	BR-Capital DTVM S.A
Gestão:	ID Gestora de Recursos Ltda.
Tesouraria:	BR-Capital DTVM S.A

11 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, CUSTÓDIA E GESTÃO

Pela prestação dos serviços de administração e gestão, o administrador receberá a quantia fixa mensal de R$ 46 (quarenta e seis mil reais), este valor será corrigido anualmente pelo IGP-M ou outro índice que venha substituí-lo.

As ações de companhias fechadas encontravam-se registradas nos livros das respectivas Companhias.

A taxa de administração é apropriada diariamente, à base de 252 dias ao ano, sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, sendo provisionada mensalmente, e paga até o 5° (quinto) dia útil do mês subsequente ao serviço prestado.

No exercício findo em 31 de março de 2022, foi apropriada despesa no valor de R$ 454, a título de taxa de administração e gestão (2021 – R$ 506).

12 ENCARGOS DEBITADOS AO FUNDO

As despesas debitadas do Fundo em relação ao patrimônio líquido (PL) estão demonstradas como segue:

	01.04.2021 a 31.03.2022	% PL
Patrimônio líquido em 31.03.2022	**312.843**	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**3.616**	**1,06%**
Taxas de administração e gestão	(454)	(0,13%)
Taxa de fiscalização - CVM	(35)	(0,01%)
Auditoria	(18)	-
Perda na Participação de Investimento	(1.865)	(0,55%)
Outras despesas	(1.244)	(0,37%)

13 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No período de 1º de abril de 2021 a 31 de março de 2022, o Fundo realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

a) Despesa com parte relacionada:

Despesa	Saldo	Instituição	Relacionamento	Período
Taxa de administração	363	BR-Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração	01.04.2021 a 31.03.2022

b) Exigibilidades com parte relacionada:

Despesa	Saldo	Instituição	Relacionamento	Posição
Taxa de administração	54	BR-Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração	01.04.2021 a 31.03.2022

14 EVOLUÇÃO DO VALOR DA COTA E RENTABILIDADE

Data	Valor unitário da cota (R$)	Rentabilidade acumulada %
31.03.2020	1,937667	171,13
31.03.2021	1,833919	(5,35)
31.03.2022	1,544157	(15,80)

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

15 DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

As informações obrigatórias relativas ao Fundo estão disponíveis na sede da Administradora assim como junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

16 TRIBUTAÇÃO

Fundo

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira do Fundo não estão sujeitos ao imposto de renda nem ao imposto sobre operações financeiras (IOF).

Quotistas

Nas amortizações das quotas, a base de cálculo do imposto de renda é a diferença positiva entre o valor da amortização e o valor de aquisição proporcional à quantidade de cotas amortizadas, sendo aplicada a alíquota de 15% (quinze por cento), conforme artigo 2º. da Lei nº. 11.312/06. A forma de apuração e de retenção de imposto de renda na fonte, descrita acima, não se aplica aos cotistas que estão sujeitos a regime de tributação diferenciado, nos casos previstos na legislação em vigor.

17 DEMANDAS JUDICIAIS

Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais, quer na defesa dos direitos dos Cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

18 POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO DO FUNDO

Todas as quotas terão direito de voto nas Assembleias Gerais, correspondendo cada quota um voto.

19 PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Em atendimento à Instrução n° 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que a Administradora, no período, não contratou nem teve serviços prestados pela Unity Auditores Independentes relacionados aos fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

20 DELIBERAÇÕES EM ASSEMBLEIA

Em 30 de junho de 2020 foi deliberado e aprovado sobre a assinatura do Contrato de Contragarantia ("Contrato"), a ser firmado pelo Fundo, em conjunto com Nova Participações S.A.; Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.; Nova Engevix Construções e Montagens S.A.; todos principais pagadores solidariamente responsáveis, doravante denominados fiadores, e a partes: São Roque Energética S.A., doravante denominada tomadora, Ezze Seguros S.A., doravante denominada de seguradora.

Em 9 de julho de 2020 foi deliberado e aprovado sobre a assinatura do Contrato de Contragarantia ("Contrato"), a ser firmado pelo Fundo, em conjunto com Nova Participações S.A.; Nova Engevix Construções e Montagens S.A.; todos principais pagadores solidariamente responsáveis, doravante denominados fiadores, e a partes: Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A., doravante denominada tomadora, Ezze Seguros S.A., doravante denominada de seguradora.

Em 27 de julho de 2020 foi deliberado e aprovado sobre a assinatura do Contrato de Contragarantia ("Contrato"), a ser firmado pelo Fundo, em conjunto com Nova Participações S.A.; Nova Engevix Construções e Montagens S.A.; todos principais pagadores solidariamente responsáveis, doravante denominados fiadores, e a partes: Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A., doravante denominada tomadora, TOO Seguros S.A. e BTG Pactual Seguros S.A., doravante denominadas de seguradoras.

Em 29 de outubro de 2020 foi deliberado e aprovado sobre a assinatura do Contrato de Contragarantia ("Contrato"), a ser firmado pelo Fundo, em conjunto com Nova Participações S.A.; Nova Engevix Construções e Montagens S.A.; todos principais pagadores solidariamente responsáveis, doravante denominados fiadores, e a partes: Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A., doravante denominada tomadora, Investprev Seguradora S.A., doravante denominada seguradoras.

Em 5 de novembro de 2020 foi deliberado e aprovado sobre a assinatura do Contrato de Contragarantia ("Contrato"), a ser firmado pelo Fundo, em conjunto com Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.; Nova Participações S.A.; Nova Engevix Construções e Montagens S.A.; todos principais pagadores solidariamente responsáveis, doravante denominados fiadores, e a partes: São Roque Energética S.A., doravante denominada tomadora, TOO Seguros S.A. e BTG Pactual Seguros S.A., doravante denominada de seguradoras.

Em 8 de dezembro de 2020 foi deliberado e aprovado sobre a assinatura do Contrato de Contragarantia ("Contrato"), a ser firmado pelo Fundo, em conjunto com Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.; Nova Participações S.A.; Nova Engevix Construções e Montagens S.A.; todos principais pagadores solidariamente responsáveis, doravante denominados fiadores, e a partes: São Roque Energética S.A., doravante denominada tomadora e Beazley Group Reinsurance Company, doravante denominada seguradora.

Em 11 de junho de 2021 foi deliberado e aprovado sobre a assinatura do Contrato de Contragarantia ("Contrato"), a ser firmado pelo Fundo, em conjunto com Nova Participações S.A.; todos principais pagadores solidariamente responsáveis, doravante denominados fiadores, e as Partes: Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A., doravante denominada tomadora, e Newe Seguros S.A. doravante

denominada seguradora.

Em 2 de julho de 2021 foi deliberada e aprovada a celebração do Contrato de Cessão de Direitos sobre Créditos Judiciais entre a Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. e a G5 EO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados, representado pela administradora Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em virtude do disposto no artigo 7, alínea "iii", do Regulamento do Fundo.

Em 5 de julho de 2021 foi deliberada e aprovada (i) o recebimento de crédito no montante de R$ 23.000 da cotista Nova Participações S.A. que, em contrapartida à operação, terá um aumento de participação do Fundo; (ii) o recebimento de crédito no montante de R$ 27.000 da sociedade investida Infravix Participações S.A., que, em contrapartida à operação, terá seu capital social reduzido e respectivas ações resgadas pelo Fundo; (iii) a redução do capital social da Infravix Participações S.A. em R$ 27.000, com consequente recebimento de crédito, pelo Fundo, no valor de R$ 27.000 referente ao Contrato de Mútuo assinado entre a sociedade investida e São Roque Energética S.A., com respectivo Primeiro Termo Aditivo, assinado em 1 de abril de 2016; (iv) o investimento total de R$ 50.000 na São Roque Energética S.A., mediante emissão de 50.000.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, mediante cessão dos direitos creditórios, em igual valor, cuja devedora é a própria São Roque Energética S.A.

Em 15 de outubro de 2021 foi deliberado e aprovado sobre a assinatura do Contrato de Contragarantia ("Contrato"), a ser firmado pelo Fundo, em conjunto com Nova Participações S.A.; todos principais pagadores solidariamente responsáveis, doravante denominados fiadores, e as Partes: Infravix Participações S.A., doravante denominada tomadora, e KOVR Seguros S.A. doravante denominada seguradora.

21 IMPACTOS DO COVID

Desde o decreto de pandemia pela Organização Mundial Saúde (OMS) em função da escalada da Covid-19, os mercados globais têm apresentado grande deterioração. Os esforços para desacelerar o crescimento do vírus mostram-se efetivos em alguns países, enquanto os demais, ainda buscam conciliar medidas de contenção do novo coronavírus com tentativas de reaquecer a economia.

Levará algum tempo para que as medidas tomadas ao redor do mundo consigam estabilizar a curva de crescimento de novos casos de contaminação da Covid-19. Os reais impactos na economia ainda são incertos, de difícil mensuração e dependerão da efetividade das medidas adotadas pelo Governo e dos esforços coordenados pelo Banco Central para prover liquidez ao mercado.

Na data de aprovação das demonstrações contábeis, o Grupo avaliou que não havia efeitos financeiros em consequência da pandemia provocada pelo vírus Covid-19 a serem reportados nos saldos dos ativos e passivos em 31 de março de 2022.

A Administradora do Fundo segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema para que decisões tempestivas possam ser tomadas para minimizar seus reflexos.

22 EVENTOS SUBSEQUENTE

Não houve eventos subsequentes após o encerramento do exercício social do Fundo em 31 de março de 2022 que requeressem ajustes ou divulgações nas demonstrações contábeis do exercício findo nesta mesma data.

Contador
Luiz Linares Cambero
CRC 1SP074256/O-4

Diretora responsável
Carolina Andrea Garisto Gregório